

de finanças, observando não ser o momento opportuno para discutir o seu texto, mas juntamente com os vereadores fábio dos Santos Abreu, Wilson Roberto Moura de Souza e Címar Sampaio da Silva, levara aos demais integrantes da Câmara a importância social do Projeto de Lei nº 014/97. Acinçava que felizmente não era hora preuzando de emprego, que o Projeto de Lei 014/97 não era para benefícios pessoais, mas sobretudo para atender a população que se encontrava em situação das mais difíceis. Destacava também o seu desejo no sentido de que com os seus companheiros de Bancada pudesse influir no sentido de que ao ser votado o parecer da Comissão de Finanças o Município em sua soberania pudesse permitir o seu prosseguimento até sua aprovação, pois sobretudo alinhado aos interesses maiores da Colaboratividade encerrando assim seu fato. Não mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus B., para constar, mandou que se lavrasse a presente Acta, que depois de lida submettida a Apreciação Plenária, Aprovada sólido aguardando para que produza seus efeitos legais.

(Assinatura) José

Assinatura

Acta da Vigésima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia vinte e um de junho do ano de mil novecentos e noventa e sete.

As dezoito horas do dia vinte e um de junho de mil novecentos e noventa e sete, sob a Presidência do Vereador Waldyr Mauricio de Aguiar Neto, e com a suplantação do Vereador Mauricio "ad hoc" pelo Vereador Fábio dos Santos Abreu, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal

pal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada reunião os seguintes Vereadores: Quirílio da Rocha, Quirílio Bezerra de Figueiredo, Antônio Carlos de Correia Pinheiro, Antônio Geraldo Laranjo Filho, Edson Silveira Magalhães, Eduardo Corrêa Vila, Estácio Antônio Guimarães Carneiro, Isaque Schmid, Raimundo Rodrigues da Silva Filho, Riana Guimarães Ramalho, Rômulo Roberto Ferreira de Souza, Oscar Samucho da Silva, Silviano Rodrigues Bento e Salvo Rodrigues da Silva.

Quando número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada o seguinte Ata: Ata da V. gésima Sessão Ordinária do Município Periodo legislativo, A seguir, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Mínero Buritiário "ad hoc" a leitura do Expediente que consta do seguinte: Decreto nº 027/97, assunto: Encaminhado a esta Casa o Decreto nº 2.408, de 30/04/97, dispondo sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde, Ofício nº 259/97-25º BIM, assunto: Comitê para a solenidade de reabertura aos novos alunos e aula inaugural do Grupo de Formação de Soldados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a realizar-se no dia 09/06/97, respectivamente às 10:00 e 15:00 horas. Projeto de Lei nº 031/97. Abertura nº 011/97, assunto: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal deacompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização da Magistério, regimento nº 080/97 de quebra do Vereador Raimundo Roberto Ferreira de Souza, assunto: Abertura da sessão do prazo de funcionamento da Comissão Especial criada através do Ata nº 087/97, para tratar de assuntos relacionados com a taxa de Iluminação Pública, pelo período de 60 (sessenta) dias, suministrada a leitura do Expediente, e não havendo trâmites para o uso do tribuna, o Senhor Presidente transferiu a trabalho para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foram apresentadas as seguintes matérias: Apresentado requerer favorável da Comissão de Educação e Cultura nos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 024/97. Abertura nº 006/97, Comenda 25º BIM nº 001/97. Come-

bau de Educação e Cultura, Dispõendo sobre Emenda Constitucional ao Parágrafo 3º do Artigo 3º do Projeto de Lei nº 027/97. Ribeiro nº 006/97, Emenda Constitucional nº 002/97. Comissão de Educação e Cultura, Dispõendo sobre Emenda Constitucional ao Parágrafo 4º do Artigo 3º do Projeto de Lei nº 027/97. Ribeiro nº 006/97 e Emenda Constitucional nº 003/97. Comissão de Educação e Cultura, Dispõendo sobre Emenda Constitucional ao Artigo 6º do Projeto de Lei nº 027/97. Ribeiro nº 006/97. O exigiu, foram apresentados os seguintes requerimentos de Urgência: requerimento da URGÊNCIA nº 078/97 ao Projeto de Lei nº 027/97. Ribeiro nº 006/97 para as Comissões de Finanças, Orçamento, Alimentação e Comissão de Educação final, requerimento de URGÊNCIA nº 079/97 para a Emenda Constitucional nº 002/97 nas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças, Orçamento, Alimentação e Comissão de Educação final. O exigiu, foi apresentado URGÊNCIA nº 006/97 - Vireadora Itana Quatiladora Lamas Ribeiro, solicitando licença para tratamento de saúde, pelo prazo de trinta dias. O exigiu, foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 031/97. Ribeiro nº 011/97. Apresentado requerimento nº 080/97, intitulado a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a libérga para a Explanacão Pessoal. Ribeiro a libera em Explanacão Pessoal, o Vireador fôrmo das contas abertas, observando que supõe a libera para manifestar sua preocupação, diante da sua análise apurada que fez sobre o balanço do mês de abril do ano em euro, somando o com o balanço do mês de março do mesmo exercício. Falou do que considerava numerosos procedimentos com referência ao gasto com folha de pagamento de pessoal, e assim, necessitava haver mais dados. Disse que

fazia tal pronunciamento visto a cerimônia que teria em aberto requerimentos quanto a matrícula, e assim, movidas pelo mesmo sentimento, puderam os integrantes da Bancada do Governo fornecer informações mais elucidações. Disse que a folha de pessoal no mês de março de 1998, alcançava um milhão e quinhentos mil reais e, no mês de abril do mesmo ano, sem qualquer reajuste fez-se para um milhão e setecentos mil reais. Deixou o Drácula que exigir a referência respeitaria a data base de primário dia maio, quando no mínimo o reajuste para o funcionalismo seria na ordem de cito por cento. Disse que pelos cálculos, e com números que considerava até generosos, o quadro de servidores da Municipalidade havia sido agravado, de mais mil novecentos nomes, e assim, se a Administração prosseguisse em tal direção por certo seria como um navio indo em direção a um "iceberg", sem governo, sem qualquer controle. Afirma-se necessária o alerta para que providências fossem adotadas, impedindo as Administrações que haviam mantido o perfeito equilíbrio nas contas do Tesouro Municipal, enfatizando que todos evitariam o risco de elevar sobre o "lute derramado", com o Município entrando em total colapso, prejudicando a mais de trés mil famílias que dependiam da referência, incurrindo a seguir, sua fala. Sabe havendo mais Dráculas para o caso da Tribuna em Orchilaúcio Pires, o senhor presidente encerrou a presente sessão em nome deles, marcando a hora dinâmica para dentro de quinze minutos. E, para constar, mandou que se lavasse a presente ata, que depois de lida, submetida à Administração Municipal, ficou assinada para que produzisse seus efeitos legais.

Ata da Sessão Extraordinária da
Câmara Municipal de São Luís,
realizada no dia vinte de junho
do ano de mil novecentos e noventa e sete.